

## 5 Considerações Finais

No Brasil, os negros ocupam uma posição de subalternidade social. Diversos são os estudos que apontam o caráter das desigualdades existentes entre brancos e negros no Brasil nos mais diversos campos da vida. Patente é a persistência das desigualdades sociais, dentre elas as educacionais, entre brancos e negros em prejuízo dos negros ao longo das gerações.

Pesquisas (IBGE, 2008, 2010, IPEA, 2008) apontam os problemas estruturais de ordem sócio-econômica da nossa sociedade. No entanto, a explicação das desigualdades raciais não se circunscreve somente a tais variáveis estruturais, revelam que os negros enfrentam, incontestavelmente, também situações de discriminação racial.

Cursar o ensino superior, especialmente o público no Brasil, ainda hoje tende a ser privilégio dos jovens brancos, especialmente os cursos considerados de maior prestígio social. A discriminação sofrida pelos negros no campo da educação superior no Brasil dificulta e, em certos casos, pode inviabilizar a competição pela obtenção de empregos e posições de poder e reconhecimento social. Trata-se de uma privação instrumental que gera uma discriminação que tem efeitos nas gerações posteriores.

A ascensão de políticas de identidade é um fato marcante neste novo século e é um fenômeno globalizado. Em tal contexto, as relações entre educação e cultura(s) estão adquirindo paulatinamente maior importância, especialmente, entre outras medidas, com o incremento das ações afirmativas voltadas aos estudantes negros nas universidades públicas e privadas.

As ações afirmativas para os negros nas universidades fazem parte das chamadas políticas de reconhecimento da diferença, cujas demandas estão ligadas à representação, à cultura e à identidade dos grupos étnicos, raciais, sexuais, dentre outros. As demandas por reconhecimento vêm adquirindo maior relevância na arena política desde o fim do século XX.

Todavia, as demandas por reconhecimento da diferença ocorrem em um mundo de desigualdade material acentuada, onde ainda faz muito sentido lutar por uma repartição menos desigual das riquezas sociais, isto é, por políticas de redistribuição.

Amparada no entendimento de Fraser (2001), para quem *a justiça hoje requer tanto redistribuição quanto reconhecimento*, afirmo que as políticas públicas de ação afirmativa se constituem numa versão da política cultural da diferença que pode ser coerentemente combinada com a política social da igualdade. Dito de outro modo, essas políticas têm potencialidades no enfrentamento do racismo cultural brasileiro, mas também respondem à dimensão redistributiva de aumento de renda e mobilidade social ascendente dos sujeitos negros.

As ações afirmativas são uma estratégia que visa beneficiar parcelas da população afetadas por mecanismos discriminatórios longevos, alterando seu status de inferioridade social através da promoção da igualdade de oportunidades ao acesso de recursos e bens. São, portanto, políticas públicas focadas, ações parciais, temporárias e limitadas.

Ressalte-se que a defesa de ações afirmativas não exclui a concomitância de ações e políticas públicas de cunho universalista. Essa é uma falsa dicotomia. Ao contrário, políticas públicas genéricas e especificamente focadas, quando utilizadas em conjunto, podem reduzir significativamente desigualdades existentes entre os grupos sociais, concorrendo para equipará-los no acesso aos bens materiais e simbólicos.

Os programas de ação afirmativa na educação superior são uma realidade. Entretanto, o que têm a dizer os sujeitos que protagonizam tais programas sobre as suas experiências universitárias?

A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) foi a primeira grande universidade pública a vivenciar a experiência de ter em seus quadros alunos beneficiados por ações afirmativas.

As ações afirmativas chegaram à UERJ na forma de cotas através das leis estaduais 3.524, de 28 de dezembro de 2000 e 3.708, de 9 de novembro de 2001 e seus respectivos decretos regulamentadores como produto da luta do Movimento Negro e seus aliados, articulados com os Poderes Executivo e Legislativo do Estado do Rio de Janeiro.

São fortemente contestadas pela comunidade universitária “uerjiana”, mas não apenas por ela. Assim que a experiência da UERJ se tornou pública em 2003, parte significativa da grande mídia, dos intelectuais, dos juristas, dos acadêmicos, com destaque para os das universidades públicas paulistas e da UFRJ e dos

políticos ligados aos partidos conservadores empreenderam diferentes ações visando sua extinção, através de expedientes políticos, acadêmicos e jurídicos.

A política de cotas da UERJ “sobreviveu”.

Foram necessárias muitas negociações indispensáveis à sua exequibilidade política, que envolveram a Universidade, o Movimento Negro e os Poderes Executivos, Legislativo e Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. A política foi potente para oportunizar o acesso de 8.025 cotistas (2003, 2007, 2008, 2009 e 2010) e esse é o seu maior avanço. O fato é que, dentre eles, estão / estiveram estudantes negros plenamente capacitados à experiência universitária que poderiam não ter a oportunidade, caso a política não estivesse em curso.

Por outro lado, houve retrocessos quanto ao percentual de vagas destinadas aos alunos cotistas, especialmente aos candidatos autodeclarados negros e quanto à configuração dos ocupantes dessas vagas, a saber: “estudantes carentes”.

Esse corte de renda “desracializou” a política, impedindo que setores médios da população negra, ficassem excluídos da possibilidade de concorrer às vagas reservadas, embora, de acordo com Osório (2009), é na camada intermediária da população que a discriminação racial é mais sentida.

Por outro lado, a “desracialização” das ações afirmativas desgasta a política que oportuniza a possibilidade de uma identidade negra positiva, de um reconhecimento positivo.

Por fim, a “carência” como critério norteador da política de ação afirmativa implantada na UERJ minimiza as possibilidades de construção de saberes que incorporem novas temáticas através da valorização das experiências históricas e sociais dos grupos raciais que ingressam através das cotas (Santos 2006).

É um erro implantar ações afirmativas que se dirijam apenas aos grupos com baixa renda, ainda que os negros estejam mais representados nesses grupos. O que se pretende com tais políticas é o reconhecimento sociocultural; lutar contra todas as formas de racismo e de estigmatização social (Joninsein 2006), provenientes de ideologias e práticas baseadas nas hierarquizações das raças.

Os cotistas são os “novos” sujeitos que passam a vivenciar a experiência universitária “uerjiana”, com suas diferentes especificidades: portadores de necessidades especiais, negros, indígenas, oriundos de escolas públicas dentre outras.

Investiguei a trajetória universitária de 16 ex-alunos cotistas da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, que se autodeclararam negros e que alcançaram suas formaturas.

Pretendi conhecer a compreensão pessoal dos sujeitos negros que protagonizaram uma experiência universitária exitosa na condição de cotistas, quando todas as opiniões, expectativas e representações sobre esses sujeitos eram de que fracassariam. Pesquisei o processo de construção do “sucesso universitário” desses alunos, buscando identificar como se desenrolaram seus cursos, suas relações com os membros da comunidade universitária, suas estratégias de permanência.

A natureza das questões que investiguei e sua abrangência exigiram um tratamento metodológico amplo e flexível, que articulou um estudo de caráter reflexivo-analítico da literatura pertinente: às políticas de ação afirmativa e seu debate teórico, inseridas num contexto de políticas de reconhecimento cultural protagonizadas pelos movimentos negros; à constituição da experiência de ação afirmativa desenvolvida pela UERJ; ao atual estágio das políticas de ação afirmativa no Brasil; à temática da desigualdade racial existente na sociedade brasileira, especialmente no tocante à pouca presença de negros no ensino superior; à presença de sujeitos pobres e negros no ensino superior, especialmente os que tiveram acesso à universidade através de ações afirmativas e os caminhos que traçaram até suas formaturas e, simultaneamente, a realização uma pesquisa de campo.

Optei por uma abordagem do tipo qualitativa, privilegiando a realização de entrevistas individuais semi-estruturadas.

A questão de maior complexidade metodológica foi como encontrar esses ex-alunos cotistas já formados, posto que tais sujeitos não circulam mais no espaço da universidade. Diante dessa dificuldade para a seleção dos participantes na pesquisa, optei pela técnica de *snowball* ou metodologia “bola de neve” (Goodman, 1961).

Foram entrevistados 16 – dezesseis – ex-alunos cotistas, seis homens e dez mulheres, distribuídos por dez cursos: Direito (cinco), Pedagogia (três), e um nos demais, Serviço Social, Odontologia, Ciências Sociais, Ciências Biológicas, História, Português/Literatura, Psicologia e Matemática.

Em diálogo com Goffman (2008), é possível afirmar que os alunos cotistas não são reconhecidos como pertencentes à categoria social alunos universitários

*normais* da UERJ. Todos padeceram de uma marca, de um *defeito*, de um *estigma* e, portanto, suas identidades de alunos universitários são *estragadas e diminuídas* e, estigmatizados, são desacreditados ao longo de todo caminho universitário. No caso do ambiente universitário, a categoria - aluno universitário - possuiria um atributo que faz parte da sua “identidade social de aluno”, aquilo que se costuma designar por “mérito universitário”.

Faltaria aos alunos cotistas o atributo indispensável à identidade de aluno *normal*: o “mérito”. Tal mérito é pensado como uma categoria neutra, objetiva, universal ou natural, como se a noção de mérito estivesse além dos jogos de poder e das disputas sociais

Apropriando-me de Goffman (2008), aqueles que podem ocultar essa marca - que acederam à UERJ através das cotas - são os *desacreditáveis*. Entretanto, a condição de cotista pode vir à luz, situação que altera a posição de *desacreditável* para *desacreditado*. Os alunos brancos, ainda que cotistas, e ressalte-se que a maioria dos alunos cotistas é branca, podem mais facilmente ocultar tal condição não padecendo imediatamente, portanto, das conseqüências nefastas de um estigma social especialmente importante no âmbito das relações que ocorrem na universidade.

Por outro lado, aqueles que não podem ou não querem ocultar a marca de cotistas são os *desacreditados*. Os alunos negros cotistas são invariavelmente os *desacreditados*. Um dos possíveis achados dessa investigação é o de que o racismo institucional vigente na UERJ responde pela associação aluno negro = aluno cotista, de tal forma que, após o implemento da ação afirmativa na UERJ, que alcança diferentes sujeitos – não só os negros –, os alunos negros têm sido imediatamente identificados como alunos cotistas, o que não ocorre com os alunos brancos: é a plasticidade do racismo que, quando não superado, adequa-se às novas situações fáticas, a fim de manter o *privilégio branco* (Frankenberger, 2004).

Dito de outro modo, após a implantação da política de cotas da UERJ, alunos brancos têm pouco risco de serem identificados como cotistas. Os alunos negros, ainda que não sejam cotistas, são identificados como tal; associados aos beneficiários da ação afirmativa, padecem prontamente do estigma de cotista.

Na Introdução desta pesquisa, explico minha opção por designar a todos os meus depoentes como negros, o que não significa que tenham eles a mesma aparência ou os mesmos traços fenotípicos. Do meu ponto de vista, sem dúvida, há dentre os sujeitos de pesquisa que designo por negros, aqueles que jamais

poderiam se passar por brancos, entretanto, há também aqueles que poderiam e que socialmente são estimulados a fazê-lo. Devido à natureza flexível e ambígua dos esquemas classificatórios baseados na cor e na mestiçagem que operam na sociedade brasileira, os alunos que têm menores marcas que denunciem sua pertença racial de matriz africana podem gozar do “benefício da dúvida” deslizando da condição de *desacreditado* para a de *desacreditável*.

Com o propósito de permanecer na universidade e alcançar suas formaturas, os ex-alunos tiveram que lidar com suas identidades subalternizadas de classe e raça somadas ao estigma de cotista. A maioria é de alunos oriundos de classes populares e os primeiros a terem a chance de cursar o ensino superior na família. Alguns entrevistados reagiram ao estigma com medo.

Suas experiências universitárias foram permeadas por diferentes dificuldades e desafios desde os primeiros momentos na universidade. Os primeiros períodos dos respectivos cursos foram os mais tensos.

As dificuldades de ordem econômica foram muito importantes na experiência desses ex-alunos, mas não somente elas. Experimentaram dificuldades de ordem “acadêmica” e alguns entrevistados afirmam sua decepção com as reprovações que tiveram, o que desencadeou desde vontade de desistir do curso à perseverança em continuá-lo. Além disso, alguns tocam nas vicissitudes geradas pela violência da monocultura universitária, pelo racismo institucional e também pelos currículos eurocêntricos.

De acordo com os entrevistados, as repetidas dificuldades econômicas, em certa medida, comprometeram a qualidade do curso. Na experiência dos ex-alunos, nem sempre se articulam permanência e qualidade, sendo por vezes obrigados a se submeterem a experiências que favoreceram a permanência, mas que desgastaram a qualidade dos estudos, o que revela uma grande injustiça.

As condições de permanência foram sendo construídas dia-a-dia com variáveis múltiplas e complexas, especialmente, as ligadas à realidade socioeconômica dos alunos, à hierarquia dos cursos universitários, à discriminação racial e ao pertencimento a *redes de relações* (Teixeira, 2003) e apoio dentro e fora da universidade.

Distingo dois caminhos básicos trilhados pelos ex-cotistas que construíram sua permanência no curso universitário. Essas estratégias não devem ser tomadas e entendidas separadamente. Cada uma tem um “peso” específico e variável para

cada aluno e ajudaram a construir o sucesso de todos eles. São caminhos que não se excluem: a condição de estudante trabalhador e o pertencimento a diferentes redes de solidariedade.

Os ex-alunos financiaram seus estudos com trabalhos, estágios (dentro e fora da universidade) e bolsas, exclusiva, sucessiva ou concomitantemente. É certo que acumularam em determinados momentos de seus cursos trabalho com estágio, trabalho com estágio, trabalho com bolsa e bolsa com estágio.

Dos dezesseis ex-cotistas, quinze vivenciaram a condição de bolsistas da universidade, recebendo bolsas de diferentes categorias, como de iniciação científica, extensão universitária, estágio interno complementar, entre outras. Quatorze entrevistados receberam a bolsa referente à condição de cotista, denominada de bolsa permanência ou bolsa-auxílio. Todas foram fundamentais ao “sucesso universitário” dos ex-cotistas.

As bolsas do PROINICIAR foram fundamentais à permanência dos sujeitos entrevistados, entretanto o seu valor, como os das demais bolsas da UERJ, foi e é muito baixo. Andou bem a Lei que dispôs a obrigatoriedade da bolsa-auxílio por todo o curso, mas há que se ter atenção para que não paralise, desestime ou dificulte o envolvimento dos alunos nas atividades acadêmicas. As bolsas devem ter inequivocamente caráter acadêmico.

Quanto às redes de solidariedade, são constituídas, principalmente, pela família e pelos colegas de sala. Os agrupamentos ligados ao movimento estudantil e negro são também sujeitos que se destacam no suporte à permanência e terminalidade dos cursos.

Outra estratégia importante foi a utilização das bibliotecas. Todos os entrevistados as frequentaram e não somente às referidas aos seus próprios cursos. A melhoria quantitativa e qualitativa das bibliotecas, que a universidade deve priorizar, com certeza impactaria, especialmente, a experiência dos alunos cotistas.

Quanto às relações desenvolvidas pelos sujeitos da pesquisa e seus professores, é possível afirmar que foram boas. Houve tensões e conflitos que fazem parte do currículo universitário e outros que parecem ser próprios da nova realidade que se expande no ensino superior, cada vez menos homogêneo culturalmente.

Os professores em geral não apresentam uma sensibilidade intercultural no manejo das suas turmas. O diálogo, a troca que caracteriza a interculturalidade, não se dá espontânea ou “naturalmente”, ao contrário requer ocasiões e sujeitos

que conscientemente o valorizem e o promovam de modo explícito entre os diferentes grupos socioculturais (Candau, 2005b).

Raramente, os professores tocaram nos temas “reserva de vagas”, “cotas”, “cotistas” ou promoveram debates em classe. Os debates havidos ocorreram majoritariamente nos primeiros períodos. Poucos professores expunham sua posição quanto à política implantada na UERJ.

Sobressai a baixa expectativa dos professores da UERJ em relação aos alunos cotistas e seus desempenhos acadêmicos. Na medida em que as entrevistas se desenvolveram, foram sendo explicitadas pelos entrevistados situações de flagrante tratamento discriminatório e desrespeitoso de professores em relação aos alunos cotistas.

Os professores estão implicados com a perspectiva curricular de forte caráter monocultural, legitimada e naturalizada tanto na UERJ, quanto nas demais universidades, o que tende a ser foco de tensões em classe com alunos mais “afrocentrados” que pretendam um processo de integração não subordinado tanto à cultura universitária quanto à sociedade brasileira.

Quanto às relações com os colegas, a variabilidade de situações é a tônica. Entretanto, cotistas e não cotistas ocuparam posições assimétricas de poder e prestígio na condição de alunos universitários.

Houve relações de negação, de discriminação, de guetização, de estranhamento e de solidariedade.

Parece ter havido em algumas classes, por parte dos colegas (brancos ou não), hostilidade em relação aos cotistas que inclusive teriam ficado segregados em territórios bem demarcados nas salas de aula.

Os discursos alarmistas da mídia, de intelectuais e acadêmicos, no entanto, não se confirmaram, não tiveram base empírica que os sustentassem. Não há notícias de distúrbios raciais ao estilo *Ku Klux Klan*, até porque o “racismo à brasileira” opera de modo “ambíguo, meloso, pegajoso” (Munanga, 1996).

Os ex-cotistas negros se agruparam levando em conta a pertença à condição de cotistas, o perfil racial, assim como o perfil socioeconômico dos colegas. Não é possível afirmar que tais grupos foram forjados com base apenas numa dessas dimensões, ao contrário, parece que essas diferentes dimensões estiveram embaralhadas na trajetória universitária dos entrevistados.



Em alguns momentos, cotistas se equivalem a pobres, noutros se equivalem a pobres e negros e ainda noutros se equivalem a negros. Entretanto, no país do “mito da democracia racial”, o agrupamento dos alunos negros nos espaços da universidade não costuma ser pensado, entendido ou enunciado por tais sujeitos negros, como tendo por motivação uma pertença racial subalternizada, uma necessidade de apoio, reconhecimento e incentivo à autoestima, ainda quando os sujeitos negros são alcançados por uma política pública focada na questão racial.

Exceção a essa situação ocorre no caso em que os ex-cotistas participam do Movimento Negro organizado na universidade. A participação no *Grupo X* foi estratégia utilizada com o propósito de superar dificuldades materiais, mas especialmente a exclusão cultural e potencializou a permanência dos alunos que a ele se ligaram, ainda que contingentemente.

Outra estratégia que serviu ao “sucesso” dos entrevistados foi a atuação em coletivos: grupos de pesquisa e centros acadêmicos. Através da participação nesses espaços, os ex-alunos sentiram-se mais legitimados na universidade e estreitaram seus compromissos com a permanência e terminalidade de seus cursos. Expressaram ter vivido momentos de contentamento como consequência dessa participação.

Também na universidade a *branquidade* (Frankenberger, 2004) é um lugar de vantagem estrutural, *é um ponto de vista*, um lugar a partir do qual a cultura universitária se desenvolve e se reproduz. E aqui esbarramos nos limites das ações afirmativas quando pensadas e/ou executadas numa perspectiva assimilacionista (Candau, 2005 b; McLaren, 2000) dos negros, sujeitos das políticas. Nesse sentido, o acesso à universidade é possibilitado aos “outros”, desde que sejam como “nós”, isto é, a cultura universitária não é desafiada em sua configuração historicamente construída. Quem dela quiser participar deve incorporar seus valores e práticas sem questioná-los.

A cultura universitária da UERJ está longe de superar uma perspectiva assimilacionista, ao contrário, há momentos em que é violenta. Os “novos” alunos pesquisados pareceram adentrar “território alheio”.

Para finalizar, registro que o trabalho suscitou outras questões relacionadas à experiência dos ex-alunos cotistas negros que podem ser objeto de outras pesquisas.

Sugiro e estímulo os pesquisadores interessados na temática a buscarem conhecer: os motivos pelos quais os cotistas se evadem menos que os não cotistas e

também o porquê de se evadirem; a existência ou não de mudanças nos programas das disciplinas nas graduações em função da mudança do perfil social e racial experimentado nos cursos; a composição racial do segmento docente, identificando e localizando os professores negros na UERJ; as reais lacunas e dificuldades acadêmicas dos estudantes cotistas com o propósito de construir propostas não estigmatizadoras de uma formação complementar, questões que me perseguiram durante a pesquisa, além de outras tantas possíveis que visem compreender como ocorrem as vivências dos sujeitos negros no universo acadêmico.

Muito ainda há para ser aprendido com a experiência da UERJ, mas para que isso possa acontecer de modo plural, democrático, é essencial que a universidade abra seus arquivos, seu banco de dados, dando publicidade às informações que somente ela possui a todos os pesquisadores interessados. E mais, que incentive pesquisas relacionadas à experiência das ações afirmativas que lá se desenvolvem.

Cabe à universidade reconhecer a existência de seu racismo institucional, promovendo junto a toda a comunidade universitária e, especialmente aos Centros Setoriais, a tarefa complexa de combate ao racismo, desmistificando estereótipos e concepções preconceituosas que povoam representações e orientam práticas cotidianas.

Proponho ainda que a universidade, dentre tantas ações necessárias, priorize as seguintes: desenhe junto à comunidade universitária ações afirmativas em todas as instâncias que selecionam através do chamado “mérito acadêmico”, como os programas de bolsas, os programas de pós-graduação, dentre outros. É preciso reverter o processo de seletividade do ensino superior brasileiro que, de acordo com uma lógica *não inclusiva* (Luckesi, 2005), foi responsável pelo recrutamento de seus alunos e professores quase que exclusivamente em um único contingente racial, e incentive institucionalmente a produção de saberes voltados à questão racial e ao oferecimento de disciplinas que contemplem as culturas “afrobrasileiras” e as contribuições dos saberes de matriz africana nas diversas áreas do conhecimento.

A universidade, caso pretenda sair da posição considerada por Carvalho (2006) de *confinamento racial*, deverá promover alterações nos conteúdos programáticos das disciplinas e nas grades curriculares, com vistas a criar possibilidades de construção de identidades raciais não hierarquizadas,

subalternizadas, dando combate ao racismo e seus efeitos dentro e fora do espaço universitário. Para tanto, há que se enfrentar na universidade a temática das relações raciais no Brasil, promovendo o esfacelamento do persistente *mito da democracia racial*.

Apostar nos olhares cujas perspectivas podem não ser as postas pela *branquidade* é salutar à universidade, embora se constitua num grande desafio para gestores, professores e alunos (Junqueira, 2007).

A chegada de alunos negros às universidades, através das ações afirmativas, democratiza a universidade e pode fomentar um salto de qualidade nos padrões acadêmicos, científicos e políticos nacionais capazes de colaborar na realização das transformações sociais radicalmente democráticas que desejamos para a totalidade da sociedade brasileira.